

**CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL:  
HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA**

**CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION IN BRAZIL:  
HISTORY AND IMPORTANCE**

**CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN BRASIL:  
HISTORIA E IMPORTANCIA**

*Neylane de Souza Lima*  
neylane.slima@upe.br

Mestrado Profissional em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares - Universidade de Pernambuco

*Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes*  
flavia.fernandes@upe.br

Doutorado em Inovação Terapêutica - Universidade Federal de Pernambuco  
Professor Adjunta da Universidade de Pernambuco

*Marianne Louise Marinho Mendes*  
marianne.marinho@upe.br

Doutora em Ciência e Tecnologia dos Alimentos (UFPB).  
Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo sistematizar o percurso histórico da Extensão Universitária no Brasil, observando as fases de sua evolução em cada contexto cronológico de acontecimentos e sua importância hoje nas universidades a ponto de ter sua inclusão no currículo dos cursos universitários. O propósito é verificar e explorar a formulação e acepções designadas à extensão ao longo do tempo, inteirando-se sobre suas perspectivas, seu desenvolvimento e suas diretrizes na atualidade com a regulamentação da Portaria MEC nº 1350, em 2018, que obriga as universidades a garantirem 10% do total da carga horária dos cursos de graduação para atividades de extensão. Como referencial teórico, destacamos as contribuições

de Paulo Freire, relatórios dos encontros do FORPROEX E FOREXT e artigos citados ao longo deste trabalho. A extensão universitária inicia com uma fase de prestação de serviço, passando pelo assistencialismo e chegando à extensão dialógica. A análise documental configura a extensão como um processo de interação entre a instituição de ensino e a sociedade com uma missão tão importante quanto o ensino e a pesquisa, privilegiando a interação dialógica e tendo, como objetivo geral, a promoção da vinculação do conhecimento entre a universidade e a sociedade por meio de ações articuladas, contribuindo para a concretização da missão institucional.

**Palavras-chave:** Instituições de ensino superior. Ações extensionistas. Sociedades.

### ABSTRACT

This article aims to systematize the historical course of University Extension in Brazil, observing the phases of its evolution in each chronological context of events and its importance today in universities to the point of having its inclusion in the curriculum of university courses. The purpose is to verify and explore the formulation and meanings assigned to the extension over time, learning about its perspectives, its development and its guidelines today with the regulation of MEC Ordinance nº 1350, in 2018, which obliges universities to guarantee 10% of the total workload of undergraduate courses for extension activities. As a theoretical reference, we highlight the contributions of Paulo Freire, reports from the FORPROEX AND FOREXT meetings and articles cited throughout this work. The university extension begins with a phase of service provision, passing through assistance and reaching the dialogic extension. Documentary analysis configures extension as a process of interaction between the educational institution and society with a mission as important as teaching and research, privileging dialogic interaction and having as general objective the promotion of the link of knowledge between the university and society through articulated actions contributing to the achievement of the institutional mission.

**Keywords:** Higher education institutions. Extension actions. Societies.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo sistematizar el curso histórico de la Extensión Universitaria en Brasil, observando las fases de su evolución en cada contexto cronológico de acontecimientos y su importancia hoy en las universidades hasta el punto de tener su inclusión en el currículo de los cursos universitarios. El objetivo es verificar y explorar la formulación y los significados asignados a la extensión en el tiempo, conociendo sus perspectivas, su desarrollo y sus directrices hoy con la

regulación de la Ordenanza MEC nº 1350, en 2018, que obliga a las universidades a garantizar el 10% de la carga horaria total de cursos de pregrado para actividades de extensión. Como referencia teórica, destacamos las contribuciones de Paulo Freire, informes de las reuniones de FORPROEX Y FOREXT y artículos citados a lo largo de este trabajo. La extensión universitaria comienza con una fase de prestación de servicios, pasando por la asistencial y llegando a la extensión dialógica. El análisis documental configura la extensión como un proceso de interacción entre la institución educativa y la sociedad con una misión tan importante como la docencia y la investigación, privilegiando la interacción dialógica y teniendo como objetivo general la promoción del vínculo del conocimiento entre la universidad y la sociedad a través de acciones articuladas que contribuyan a el logro de la misión institucional.

**Palabras clave:** Instituciones de educación superior. Acciones de Extensión. Sociedades.

## INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária possui uma missão tão importante quanto o ensino e a pesquisa: a de criar, valorizar e intensificar uma cultura de parceria entre as universidades e outros membros da sociedade. Tal prática, no Brasil, percorreu um amplo processo de transformação que atravessou várias etapas, desde a fase assistencialista até a atual que privilegia a interação dialógica entre a instituição de ensino e os setores da sociedade (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

Para Oliveira e Goulart (2015), a extensão é um processo dialógico e seu significado está atrelado à missão institucional e pedagógica das universidades. Nesse sentido, a extensão sofreu uma grande influência de Paulo Freire, por meio das obras *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1987) e *Extensão ou Comunicação* (FREIRE, 1980), que desenvolveu a *Pedagogia da Libertação*, defendendo que a dialogicidade pode ser a essência da educação como prática da liberdade. Paulo Freire explora pontualmente as atuações da extensão universitária e suas perspectivas com base na interação dialógica. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é

transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1980, p.04).

Ao longo das últimas décadas, a Extensão vem evidenciando a importância da interação entre o conhecimento acadêmico e a sociedade na busca pela garantia de uma educação de qualidade social, sendo um canal de comunicação com as demandas comunitárias que permite ao aluno universitário uma formação integral, mais humana, que contempla o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão e proporciona o diálogo das experiências vividas no mundo acadêmico com as realidades da sociedade, colaborando para democratizar os saberes produzidos na sociedade. (ALMEIDA, 2015).

Considerando, portanto, a dimensão social da extensão, este estudo propõe sistematizar seu percurso histórico observando sua evolução ao longo do tempo, problematizar a formulação e acepções das práticas extensionistas, seu desenvolvimento e suas diretrizes na atualidade de forma a compreender a importância da extensão hoje nas universidades a ponto de ter sua inclusão no currículo dos cursos universitários.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para compreender o sentido da Extensão Universitária no Brasil, é necessário analisar o histórico da educação superior, a organização da política educacional ao longo dos anos que mostra o tipo de profissional que se propôs formar, bem como a conexão que se buscou formar entre o aprendizado desenvolvido na universidade e as necessidades da sociedade (FREIRE et al, 2003). Para isso, foi feita a observação das fases do percurso da extensão ao longo da história até os dias atuais.

Os procedimentos metodológicos têm um cunho bibliográfico e trata-se de uma revisão integrativa da literatura e de pesquisa documental. Foram usadas literaturas

referentes ao percurso histórico da extensão universitária, observando suas fases em cada contexto cronológico de acontecimentos e sua importância hoje nas universidades a ponto de ter sua inclusão no currículo dos cursos universitários. Para essa revisão foram selecionados estudos publicados nos últimos quinze anos na base de dados Scielo, LILACS, google acadêmico, bem como resoluções contidas nos links do MEC , buscando teses, dissertações e artigos científicos.

A triagem foi feita em dois momentos, primeiramente entre 11 de agosto até o dia 10 de dezembro do ano de 2021, depois, para atualizar o trabalho com referências mais recentes, realizamos uma triagem complementar, entre 11 de março e 05 de abril do ano de 2023, com uma busca por escritos publicados a partir de 2022, onde foram realizadas buscas com os seguintes descritores: Extensão Universitária; Histórico da Extensão Universitária no Brasil; Curricularização da Extensão. Ao todo foram encontrados 632 documentos.

Os critérios de inclusão foram selecionar as temáticas sobre o percurso histórico e a importância da extensão, as diretrizes atuais e curricularização. Foram excluídos os artigos que não satisfaziam esses critérios bem como os que tratavam de temas muito distantes do objetivo da pesquisa.

No primeiro momento foram selecionados 69 artigos, pela leitura do resumo destes, foram selecionados 21 e ao realizar a leitura na íntegra, foram escolhidos 16 que de fato dialogavam com o presente estudo. No segundo momento, foram selecionados 109 artigos, após a leitura dos resumos, selecionamos 19 e, por fim, escolhemos 3 para complementar o estudo.

A revisão teórico bibliográfica foi realizada também a partir de autores consagrados que estavam em consonância com o tema. Outras fontes pesquisadas foram os relatórios elaborados sobre os Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) e sobre os Fóruns Nacionais de Extensão e Ação Comunitária (FOREXT).

## **PERCURSO HISTÓRICO DA EXTENSÃO**

A extensão universitária é um conceito empregado pelas universidades latino-americanas, adotado pelo Brasil e que se refere à relação da universidade com a sociedade. A ideia de extensão está ligada ao compromisso social da universidade com a transformação societária, produzindo conhecimento que ajude na construção de respostas às demandas sociais. No Brasil, a extensão é um dos pilares do ensino superior, junto com o ensino e a pesquisa. (ALMEIDA, 2015)

### **Primeira fase da Extensão Universitária no Brasil**

A extensão universitária surgiu na segunda metade do século XIX na Inglaterra como parte de uma proposta de educação continuada. Eram oferecidos cursos e palestras para pessoas que não tinham vínculo com as universidades.

No Brasil, sob a influência do modelo europeu, a extensão teve uma expressão importante na Universidade Popular, vinculada à antiga Universidade Livre de São Paulo, fundada em 1911. Assim, na década de 1910, surgem as primeiras atividades de extensão universitária com cursos e conferências voltadas à comunidade. As conferências então realizadas tratavam de assuntos variados, porém distantes das preocupações existentes nas camadas mais vulneráveis da sociedade. (NOGUEIRA, 2000)

A extensão no Brasil teve grande influência da Reforma de Córdoba (1918). As manifestações pediam que as instituições de ensino atendessem as demandas da comunidade. Este movimento, idealizado e realizado por estudantes, representa o principal momento da história da extensão universitária na América Latina, refletindo

consideravelmente no Brasil, acentuando a importância da universidade na transformação social das realidades locais (ALMEIDA, 2015).

Na década de 1920, por influência dos Estados Unidos, duas escolas agrícolas mineiras, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e a Escola Agrícola de Lavras, realizaram experiências extensionistas voltadas para a prestação de serviços na área rural. Essas escolas buscavam levar assistência técnica aos agricultores, estabelecendo assim, uma relação com os produtores locais (NOGUEIRA, 2001).

Ainda hoje, tanto a vertente extensionista inglesa, que corresponde a ampliação dos círculos dos debates acadêmicos, como a vertente norte americana, vinculada a prestação de serviços, estão muito presentes na prática extensionista. Essa prestação de serviços se consolida então como divulgação da universidade em detrimento de sua postura política como previam as universidades populares. Configura-se aqui a primeira fase da extensão universitária brasileira, a prestação de serviços (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

As novas ideias que agitavam a Europa e os Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial produziram no Brasil um movimento de renovação social, cultural e educacional. Entre as novas ideias estavam o “princípio da atividade” e o “princípio de introduzir na educação situações da vida real”. Assim, a extensão universitária brasileira teve sua primeira referência legal no Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que trata do Estatuto das Universidades Brasileiras. (OLIVEIRA; GOULART, 2015)

Em 1937 foi criada a UNE – União Nacional dos Estudantes e a partir de então, foram intensificados os protestos e ações do movimento estudantil fortalecendo a discussão da proposta da extensão universitária. Porém, foi apenas em 1956 que o movimento estudantil se inseriu mais ativamente na vida da sociedade brasileira. (ALMEIDA, 2015)

Na década de 1960, Paulo Freire traz um debate sobre a extensão universitária, visando uma educação inclusiva humanista e com o sujeito ativo na construção do conhecimento. Em 1968, é promulgada a Lei nº 5.540/68 e a extensão é incluída na Lei Básica da Reforma Universitária, porém, não como uma atividade obrigatória. “Esta legislação estabelece que as universidades e instituições de ensino superior deverão estender as atividades de ensino e resultados de suas pesquisas à comunidade por meio de cursos e serviços especiais” (OLIVEIRA; GOULART, 2015, p.5).

### **Segunda fase da Extensão Universitária no Brasil**

A segunda fase da extensão universitária brasileira, a fase assistencialista, é marcada pelo surgimento das ditaduras militares em toda a América Latina nas décadas de 1960 e 1970, do século passado, quando os movimentos estudantis passam a ser combatidos e o governo propõe projetos de extensão com tendência assistencialista, nos quais os alunos eram apenas executores de serviços voltados à comunidade carente. Em 1980, a ditadura militar começa a enfraquecer e surge com força a necessidade de redemocratização a qual atinge a universidade pública e redefine as práticas relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, questionando o viés assistencialista das atividades extensionistas. (OLIVEIRA; GOULART, 2015)

Em novembro de 1987 foi criado o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). No ano seguinte, a Constituição Nacional reconhece a extensão como dimensão formadora inerente à universidade.

“Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado-acadêmico e popular, terá como consequência: a



produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social". (FORPROEX, 1989, p. 29)

“O desafio de discutir metodologia em extensão coloca em aberto a própria visão e perspectiva que se tem não apenas do trabalho acadêmico, mas da Universidade, pois implica em concebê-la na sua relação dinâmica com a sociedade mais ampla à qual serve e da qual é produto. Este desafio implica numa opção ideológica definida em relação ao papel político e social que a Universidade deve cumprir e assumir perante os desafios históricos inerentes às diversas conjunturas que marcaram a trajetória da sociedade. Neste sentido, a expressão metodológica da extensão resulta do exercício da autonomia da Universidade Pública através da gestão democrática e nos esforços para a socialização do conhecimento”. (FORPROEX, 1990, p. 32)

No encontro de 1995, a discussão foi, basicamente, sobre a necessidade de participação das Universidades Públicas Brasileiras na definição de diretrizes e estratégias de ação das políticas públicas. Ainda nesse encontro, foi analisado o perfil da extensão como um instrumento capaz de definir uma atuação positiva, definidora de estratégias de ação (FORPROEX, 1995).

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirma a extensão como uma das finalidades do ensino superior. As universidades ganharam novas incumbências, entre elas, organização de planos, programas e projetos de pesquisas e atividades de extensão.

Dois anos após, o FORPROEX cria o Plano Nacional da Extensão Universitária. Nesse plano já está definido o conceito atual da extensão universitária “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2001, p.2). Além disso, com base nesse plano, o FORPROEX formalizou as diretrizes que nortearão esta ação, são elas: a Interação Dialógica; a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; o Impacto na formação do estudante; e o Impacto e Transformação Social.

A Interação Dialógica inspira o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais estabelecidas pelo diálogo e troca de saberes a fim de produzir um conhecimento novo que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. A segunda diretriz, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas, relaciona especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações, concretizado pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. A terceira diretriz, Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão, reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). As atividades de Extensão Universitária causam impacto

na formação do estudante seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas, permitindo o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública Brasileira. Por último, a diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (FORPROEX, 2012).

Em 1999 o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) foi oficialmente criado no VI Encontro de Extensão e Ação Comunitária em Goiânia. A partir daí, o trabalho do Fórum passa a centrar-se na concepção, gestão, planejamento e avaliação da extensão, tendo como horizonte o Plano Nacional de Extensão, é isso que vão revelar os documentos das Assembléias de 2000 e 2001 (OLIVEIRA, 2008).

### **Terceira fase da Extensão Universitária no Brasil**

Com o fim da ditadura militar, os movimentos estudantis ganharam força e passaram a questionar o viés assistencialista da extensão. Esses movimentos e os primeiros encontros do FORPROEX e FOREXT, levaram a extensão a assumir maior importância dentro das instituições de ensino superior e a apropriar-se de sua atual fase, a extensão dialógica, fundamentada na interação dialógica e comprometida com a transformação social. (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

Muitos encontros anuais, de cunho decisório, continuaram a acontecer para discutir sobre as políticas de condução e avaliação da extensão universitária. O FOREXT (2002) conclui que a forma como uma instituição conduzirá e avaliará suas práticas de extensão está diretamente ligada com suas práticas pedagógicas e a relação que possui com o conhecimento (OLIVEIRA; GOULART, 2015). Ou seja, cada instituição deve seguir sua identidade formal e histórica, sua cultura organizacional.

Em 2003 aconteceu o X Encontro Nacional e V Assembleia Nacional do FOREXT com continuação das discussões sobre as políticas de avaliação da extensão universitária, definindo os princípios, diretrizes e dimensões a conduzir o processo avaliativo da extensão universitária. Os princípios fundamentais e comuns apresentam sua importância diante da diversidade de modelos do ensino superior. As diretrizes modelam a política de avaliação da universidade já que essa é integrada à atividade de gestão acadêmica. As dimensões são observadas nos procedimentos metodológicos que apresentam e materializam os princípios e diretrizes (FOREXT, 2003).

No ano seguinte, 2004, o XI Encontro Nacional e a VI Assembleia Nacional do FOREXT abordou sobre as colaborações da extensão para o cumprimento do compromisso social das universidades. Já na VII Assembléia que aconteceu em agosto de 2005, a Coordenação Nacional optou por elaborar um documento mais completo sobre a Extensão, ao modo de síntese dos consensos alcançados em sete anos de caminhada, produzindo-se o texto A EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS: REFERENCIAIS TEÓRICO E METODOLÓGICO (FOREXT, 2005).

Em 2006, foi a vez de discutir sobre a temática a comunicação do conhecimento: o desafio contemporâneo, baseado nas obras de Paulo Freire que defende a dialogicidade na educação. O XIII Encontro e VIII Assembleia Nacional, realizados em 2006, tiveram como tema de sua discussão a comunicação do

conhecimento: o desafio contemporâneo. Este tema voltou a ser discutido na XIX assembleia. Baseados na proposta Freiriana de comunicação de conhecimento por meio do diálogo, o FOREXT assume como desafios para os próximos anos a garantia da comunicação da universidade com a sociedade. (FOREXT, 2006). Na X Assembleia realizada em 2008, um dos pontos altos do evento foi sobre a avaliação da extensão (FOREXT, 2008).

Em 2009 e 2010, o FOREXT discute a institucionalização da extensão e o processo de formação e construção do conhecimento nas instituições comunitárias, refletindo sobre as metodologias e caminhos da extensão universitária e reafirmando sua concepção de extensão como a relação dialógica entre as diversas formas de conhecimento, vendo no ensino, pesquisa e extensão a possibilidade de aprendizado e de contribuição para o desenvolvimento social.

No ano de 2012, o FOREXT, em seu XIX Encontro e XIV Assembleia Nacional, teve como tema central Políticas de Extensão para as IES Comunitárias e perspectivas para o século XXI. O Fórum reafirma a urgência de consolidar e ampliar a participação da extensão nos instrumentos de avaliação do ensino superior, bem como o consequente impacto da extensão universitária na aprendizagem e na boa formação profissional do aluno, ao lado do ensino e da pesquisa. (FOREXT, 2012).

Em 2014 e 2015, passam a discutir sobre a curricularização da extensão, desafios do PNE 2014 – 2024. Em 2016, as Universidades Brasileiras passavam por um momento tenso por conta da crise econômica e política que culminou com um processo de impeachment da presidente da república e o início de uma nova gestão à frente do governo federal. Diante dessa realidade, achou-se oportuno e necessário discutir sobre as articulações entre extensão, pesquisa e inovação. Nos anos seguintes, continua a discussão sobre os desafios da extensão frente ao cenário brasileiro atual e sobre a curricularização, os novos marcos da extensão e as perspectivas transformadoras.

Nos encontramos atualmente em um contexto de debate entre concepções de ensino, instituições, formação e sujeito; oportunizando o propósito de reinventar, modificar. Temos hoje a chance de inovar os modelos padrões da educação. Por isso, a exigência de se pôr em movimento, assimilando as resistências e enfrentamentos existentes como parte do processo (CUNHA, 2016).

### **A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Historicamente, a educação sempre foi discutida como necessária a qualquer transformação da sociedade. Por isso é muito importante a superação de modelos educacionais ultrapassados, que não considerem o conhecimento próprio de outras culturas, de outras instâncias, anulando, desvalorizando, dificultando qualquer outra forma de educação. É necessário encontrar novos modelos educacionais que contribuam com a transformação social (ALMEIDA, 2015).

Portanto, pensar o ensino superior fora do modelo tradicional, visa uma formação integral que consolida as relações entre sociedade, educação, cultura e democracia em uma abordagem transdisciplinar. Assim, o processo adota-se uma concepção de educação que não se resume a aprendizagem de conteúdos específicos, com dia e hora marcado para aprender, mediante técnicas e instrumentos já predestinados, mas numa nova dimensão para qual se exige uma interlocução sistemática com a realidade, uma interação que favorece a formação de profissionais preparados para participação ativa nos procedimentos de tomada de decisão (MIGUEL, 2023)

Segundo Gutiérrez (2000), educar-se é impregnar de sentido cada ato cotidiano. A partir dessa informação pode-se concluir que a educação está fundamentada no conhecimento que faz sentido à vida, colaborando efetivamente

com a formação de todo cidadão. Sendo a universidade um local que circula conhecimento, esta deve oferecer um espaço privilegiado a uma aprendizagem significativa, a um conhecimento que faça sentido para o estudante universitário, despertando seu interesse ao conteúdo para que ele não aprenda apenas por obrigação (ALMEIDA, 2015).

“Somos seres do mundo, com o mundo, históricos e sociais, também somos inacabados e estamos aptos a sempre aprender, e aprender não é acumular conhecimentos e sim aprender a refletir, aprender a problematizar, aprender a pensar e a conviver com erros e acertos.” (ALMEIDA, 2015)

Nessa perspectiva, se faz necessário buscar metodologias diferenciadas como é o caso da Metodologia da Problematização apresentada pela pós-doutora Neusi Aparecida Navas Berbel. “Estamos atravessando um momento histórico de dificuldades mundiais com relação ao emprego, ao trabalho, ao destaque de profissionais. Dos profissionais estão sendo solicitadas, hoje, habilidades de pensamento, de decisão, de atuação diferenciada” (BERBEL, 2014).

A extensão é uma ação direcionada a partir do reconhecimento das barreiras do seu saber para permitir a colaboração do outro, é uma exigência dos confrontos do cotidiano e estruturas da vida social que promove a externalização do conhecimento adquirido. O estudante universitário precisa descobrir o sentido e o significado do conhecimento adquirido para a vida, mas infelizmente, a visão do ensino tradicional implica no acúmulo de conhecimentos e não na construção de sentido. Assim, muitos terminam os cursos de graduação com o único objetivo de entrar no mercado de trabalho e atender aos anseios da sociedade capitalista e de competição de mercado o que vai no sentido oposto ao que Freire defende e que a extensão proporciona ao aproximar os estudantes à comunidade articulando o conhecimento social e acadêmico. Essas ações concedem a impressão de sentido, a reflexão sobre o que se aprendeu, priorizando a busca de solução de problemas sociais ao avançar em

ideias e concepções da realidade, a fim de produzir novos conhecimentos na busca por inovação (REIS *et al*, 2022).

O conhecimento também é dialógico pois é no diálogo que se constrói e muda o mundo na medida que confronta o conhecimento dos envolvidos. Para se estabelecer esse diálogo entre os diversos saberes, faz-se necessário a vivência no mundo, o conhecimento no mundo, as realidades nas quais os envolvidos estão inseridos, as histórias de vida do povo, os saberes e conhecimentos do mundo acadêmico unidos aos da sociedade. Todos reproduzem conhecimentos, não há quem saiba de tudo (ALMEIDA, 2015).

Não passar pela experiência extensionista seria um grande prejuízo para os estudantes universitários pois não teriam esse contato mais direto com a comunidade que compõe uma das hipóteses de base defendidas por Berbel (2012) para alcançar os objetivos da formação. Segundo o autor, a troca dos conhecimentos pode consolidar e motivar o aprendizado dos alunos estabelecendo uma estreita relação entre os conteúdos do ensino e o meio real, de forma atrativa e que interesse ao aluno com atividades que se relacionam diretamente.

O estudante que faz extensão, que tem a oportunidade de vivenciar, de conhecer os problemas, de se sensibilizar com as questões de sua cidade, de sua comunidade, tem um olhar diferente pois além de se tornar agente transformador da realidade onde atua, quando for formado ele vai atuar positivamente, sem deixar de considerar seu caráter e seu perfil, ele vai ter um olhar para além das questões técnicas (FLORES; MELLO, 2020).

A extensão agrega experiência, prática, trabalha com as necessidades da comunidade e isso é muito significativo pois propicia a construção do conhecimento em sua totalidade (FLORES; MELLO, 2020).

## **Contexto das universidades**



A universidade deve promover a formação de profissionais cidadãos que possam se envolver com as preocupações sociais e que considerem as expectativas, necessidades e anseios da comunidade, que se percebam não como um ser isolado, mas, sim, como alguém que vive, interfere e sofre influências de um meio do qual faz parte (LIMA, 2003).

Desde muito tempo, nas Universidades, os conteúdos das disciplinas têm sido apresentados, como a “essência” do curso, onde na verdade, esses deveriam ser apenas ponto de partida para novas buscas e descobertas a fim de oferecer um processo de formação sólido e crítico. É importante enfatizar, portanto, a necessidade de civilizar nossas teorias, ou seja, desenvolver nova geração de teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a se auto reformar (MORIN, 2000).

Para Morin (2000), existe um problema universal ao qual se confronta a educação do futuro, pois há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. Nesse contexto, a Extensão Universitária surge com uma missão tão importante quanto o ensino e a pesquisa, a de criar, valorizar e intensificar uma cultura de parceria entre as universidades e outros membros da sociedade.

A universidade pública sempre foi uma instituição social, uma atividade social, uma experiência social, estabelecida na aprovação pública de sua legitimidade e de suas obrigações, diferenciando-se de outras instituições sociais por conta de sua autonomia e organizada por disposições, regras e princípios de reconhecimento e autenticidade internos a ela. Ao mesmo tempo, é formadora de conhecimento, portanto, capaz de oferecer aos governos e população em geral, além de tecnologias, teorias e técnicas, profissionais comprometidos em estimular o progresso econômico

e sustentável, com caráter ético considerando os valores e interesses sociais. A extensão é indispensável no desempenho dessa função pois permite a interação dialógica, impedindo que a universidade fique isolada, centralizada, desligada dos problemas sociais, pois somente a produção de conhecimento, por si só, não leva ao progresso sustentável, ético e humano (NOGUEIRA, 2000).

Essa interação precoce que a extensão oferece aos estudantes, propicia o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para a sua área de atuação pois este profissional em formação compreende suas reais condições de serviço (REIS *et al*, 2022).

Diante dessa importância da extensão, surge então a necessidade, já apontada indiretamente pelos autores citados ao longo deste artigo, de incluir as atividades de extensão no currículo dos cursos superiores, assegurando assim, a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão. Esse processo de inserção da Extensão no currículo já foi normatizado e é chamado de Curricularização da Extensão (FRUTUOSO, 2020).

A Portaria MEC nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018 obriga as universidades a garantirem 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para atividades de extensão. Regulamentada por meio da Resolução CNE/CES nº 7 do Ministério da Educação (MEC, 2018), a Curricularização da Extensão é o processo de incorporação ou integração de atividades de extensão ao currículo dos cursos de graduação nas suas diversas formas: bacharelado, licenciatura e tecnologia. Esse processo possibilita a aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, enfatizando a dimensão social de ambos. O Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2014, previa como prazo o ano de 2024, mas resolução do Conselho Nacional de Educação, publicada em dezembro de 2018, definiu o final de 2022 como novo prazo (ABMES, 2021). Apesar da diversidade prevista nas suas formas de oferta de atividades de extensão

e da vasta literatura a seu respeito, ainda são escassos os estudos sobre a Curricularização.

As contribuições teóricas apresentadas por Morin (2000), Freire (1987), Gatti (2019), Marin e Giovanni (2016) confirmam evidências que comprovam a necessidade de um novo sistema de educação com origem em nossa própria constituição como seres humanos. Apesar de não citarem especificamente a Curricularização da Extensão, os teóricos defendem essa necessidade, já que colabora com a formação de profissionais comprometidos com as angústias e demandas da sociedade.

A Curricularização da Extensão visa a formação humana, crítica, responsável e transformadora, a formação não somente do profissional, mas do cidadão, estreitando a integração ensino-serviço-comunidade, com o propósito de aprimorar os elementos curriculares. (FERRARESCO, CODATO, 2021). Segundo os autores, além do cumprimento de uma Lei educacional, a curricularização desafia as IES (Instituições de Ensino Superior) a readequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação com projetos de atividades relevantes e eficazes para a atuação dos estudantes e coerentes com as demandas da sociedade.

Considerando, portanto, que a Curricularização da Extensão se apresenta como grande desafio para as instituições de ensino superior, especialmente com a publicação das Diretrizes Nacionais para a Extensão, é preciso repensar sobre o desenvolvimento das práticas extensionistas nos cursos de graduação, de forma a possibilitar a formação reflexiva, contribuindo para re(significação) de ações que apontem para a perspectiva da emancipação do sujeito (IMPERATORE, PEDDE, IMPERATORE, 2015).

“Um dos grandes desafios para a curricularização da extensão certamente está centrado no engajamento do corpo docente, que precisará repensar o seu compromisso com a instituição, pois é preciso ir além da simples transmissão de

conhecimento e atentar-se ao tripé que norteia as universidades, o ensino, pesquisa e extensão” (PEREIRA et al, p. 10.). No entanto, o processo não se centraliza no docente, apesar de todo seu estudo, ele não tem todas as respostas.

As atividades de extensão, além de envolver professor, estudante e diversos grupos sociais, sendo o estudante o protagonista do processo, é também responsabilidade de toda a instituição de ensino superior que deve propiciar condições financeiras e estruturais para que as atividades extensionistas sejam estruturadas de forma conjunta e articulada com a estrutura de gestão institucional, responsável pela dimensão de ensino, e em diálogo com os espaços coletivos da instituição. A Curricularização da Extensão envolve concepções de educação, universidade e de sociedade, pois a instituição precisa estar sintonizada com as peculiaridades das comunidade em seu entorno para conduzir os estudantes à uma postura que contribua com a transformação da realidade local (MIGUEL, 2023)

Diante dessas considerações, acredita-se que a curricularização, apesar dos desafios da sua implantação para as Universidades para o desenvolvimento de atividades extensionistas, será a oportunidade de realização de muitas mudanças sugeridas pelos autores citados acima, reformulando as práticas pedagógicas de professores da Educação Superior, a fim de promover o pleno desenvolvimento dos estudantes, nos aspectos cognitivos e sobretudo, sociais e emocionais bem como, atender as demandas das comunidades promovendo, conseqüentemente, o desenvolvimento social das realidades onde as ações acontecem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Extensão, no Brasil, percorreu um longo percurso de transformação passando por várias fases, começando na década de 1910 com uma fase de

prestação de serviços, passando pela fase assistencialista nas décadas de 1960, 70, 80 e parte da década de 90, do século passado, até chegar a fase atual, a fase da interação dialógica entre a instituição de ensino e os setores da sociedade. As fases foram analisadas à luz do papel da universidade que vai além da produção e difusão do conhecimento com tecnologias, teorias e técnicas, para também oferecer a sociedade a formação de cidadãos profissionais, cientificamente competentes e comprometidos com o progresso sustentável e social do país, com caráter ético considerando os valores e interesses sociais.

A extensão é configurada como um processo de interação entre a instituição de ensino e a sociedade com uma missão tão importante quanto o ensino e a pesquisa, privilegiando a interação dialógica e tendo como objetivo geral a promoção da vinculação do conhecimento entre a universidade e sociedade por meio de ações articuladas contribuindo para a concretização da missão institucional.

A curricularização, apesar dos desafios da sua implantação nas Universidades por meio das atividades extensionistas, será a oportunidade de realização de muitas mudanças sugeridas pelos autores citados, reformulando as práticas pedagógicas de professores da Educação Superior, a fim de promover o pleno desenvolvimento dos estudantes, nos aspectos cognitivos e sobretudo, sociais e emocionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. P. A extensão universitária no brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. *Diversité REcherches et terrains*, (7). <https://doi.org/10.25965/dire.692>, 31 de dezembro de 2015.

ALMEIDA, S. M. V. de, & BARBOSA, L. M. V. (2019). Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o Encontro das Gerações para Humanização da Formação. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43(1, Suppl. 1), 672-680. Epub January 13, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190013>.

ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. De M. L. Da. Meta-avaliação de uma extensão universitária: Estudo de caso. Avaliação (Campinas) [online]. vol.15, n.2, 2010, p. 131-157. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772010000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772010000200008&script=sci_arttext). Acesso em 15 de agosto de 2021.

BERBEL, N. A. N. A Metodologia da Problematização em três versões no contexto da didática e da formação de professores. Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso), v. v. 12,, p. 101-118, 2012.

BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização: respostas de lições extraídas da prática. Semina. Ciências Sociais e Humanas (Online), v. 35, p. 61-76, 2014.

CARDOSO, T. M. (2007). Experiências de ensino, pesquisa e extensão no setor de pedagogia do HIJG. Cadernos CEDES, 27 (73), 305-318.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000300004>.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, 2003. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

CUNHA, M. I. Inovações na educação superior: impactos na prática pedagógica e nos saberes da docência. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 97, p. 87-101, set./dez. 2016

FERRARESCO, L. F. O. T.; CODATO L. A. B. Aprendizados e reflexões advindos de atividade extensionista de educação em saúde em centros de educação infantil. Revista Ciência Plural. 2021.

FLORES, L. F.; MELLO, D. T. O impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um instituto federal no Rio Grande do Sul. Rev. Conexão UEPG, v. 16, n. 1, pp. 01-13, 2020.

FOREXT. Carta de Goiânia. 1999. Goiânia - GO. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/goianiaforext.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FOREXT. Carta de Florianópolis. 2002. Florianópolis - SC. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/florianopolisforext.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2021.



e-ISSN: 2177-8183

FOREXT. Carta de Brasília. 2003. Brasília - DF. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/brasiliaforext.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FOREXT. Carta de Campinas. 2004. Campinas - SP. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/campinasforext.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FOREXT. Carta de Belo Horizonte. 2006. Belo Horizonte - MG. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/belohorizonteforext.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FOREXT. Carta de Campo Grande. 2008. Campo Grande - MS. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/campograndeforext.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FOREXT. Carta de Recife. 2010. Recife - PE. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/campograndeforext.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FOREXT. Carta de Belo Horizonte. 2012. Belo Horizonte - MG. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/bhforext-2012.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. I Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1987. Brasília. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. II Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1988. Belo Horizonte - MG. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. III Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1989. Belém - PA. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. IV Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1990. Florianópolis - SC. Disponível em: <http://www.renex.org.br/>

documentos/Encontro-Nacional/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf.  
Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. V Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1991. São Luiz - MA. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. VI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1992. Santa Maria - RS. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. VII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1993. Cuiabá - MT. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. VIII Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1994. Vitória - ES. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1994-VIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. IX Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1995. Fortaleza - CE. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1995-IX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão universitária: versão final. 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. XXXI Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 2012a. Manaus - AM. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão. 2012b. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.



FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, S. de M.; BARBOZA, D.R.; SILVA, M.T. O significado da extensão universitária no atual contexto brasileiro: aporte para o debate. Revista Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n.4, p.15-23, ago./dez. 2003.

FRUTUOSO, T.P. O Processo de Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Florianópolis, SC, 2020.

GARRAFA, V. (Org.) Extensão - a Universidade construindo saber e cidadania: 1987/1988. Brasília: Ed. UnB, 1989, Documento Final do I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO HÁS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - 1987.

GATTI, B. A. Professores do Brasil: novos cenários de formação / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

GUTIÉRREZ, F; PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, Mar del Plata, dez. 2015.

LENOIR, Y. Didática e interdisciplinaridade: uma complementariedade necessária e incontornável. In: FAZENDA, I. C. A. (org.). Didática e interdisciplinaridade. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 45-75.

LIMA, C. L. D. C. O papel da extensão na universidade. *Leopoldianum*, Santos, v. 28, n. 78, p. 11-38, jun. 2003

MARIN, A. J. e GIOVANNI, L. M. (orgs). Práticas e saberes docentes: os anos iniciais em foco [recurso eletrônico]. 1. ed. - Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2016.

MIGUEL, J. C. A Curricularização da Extensão Universitária no contexto da função social da universidade. Revista Práxis Educacional, 2023, v. 19.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – Petrolina, 31 de Janeiro de 2021.

NOGUEIRA, M. D. P. (org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

OLIVEIRA, A. P. O Forext e a extensão no cenário da educação superior do Brasil. Revista Dialogos. v. 10 (2008): Universidade do Século XXI: a contribuição da extensão na busca da aprendizagem

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. In:

FAZENDA, I. C. A. (org.). Didática e interdisciplinaridade. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 161-178.

PEREIRA, C. P.; CASTANHA, E. T.; MONTEIRO, J. J.; GUIMARÃES, M. L. F.; CITTADIN, A. A Curricularização da Extensão Universitária no Curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior Comunitária. ConTexto, Porto Alegre, v. 19, n. 43, p. 1-12, set./dez. 2019.

DOS REIS, L. C. et al. Curricularização da Extensão em cursos da área da saúde: uma revisão integrativa. Jornal de Políticas Educacionais, [S.l.], v. 16, jul. 2022. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/86071>>. Acesso em: 09 abr. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v16i1.86071>.

SOUZA, M. M. de. Um estudo avaliativo sobre a implantação da Curricularização em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2019.

VANNUCCHI, A. A universidade comunitária: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.



e-ISSN: 2177-8183